

Exmas. Senhoras, Exmo.s Senhores,

A Associação de Green Consultants para o cinema e audiovisual em Portugal é uma associação sem fins lucrativos que tem como principal compromisso a implementação de medidas de sustentabilidade no sector, acompanhando o caminho que tem vindo a ser desenvolvido em outros países europeus, para conseguir criar uma maior consciência relativamente às alterações climáticas e à urgente necessidade de produzir de forma mais sustentável em Portugal.

O nosso contacto vem no sentido de alertar para a urgente constituição de medidas de sustentabilidade no incentivo à nova Lei do Cinema. Este incentivo financeiro à grande produção cinematográfica e audiovisual tem como objetivo o desenvolvimento do sector com o foco em coproduções internacionais, mas é importante não esquecer o dever de produzir obras cinematográficas com uma maior consciência do impacto ambiental real que uma produção acarreta e a responsabilidade social que estas atividades têm nos dias de hoje.

A comissão europeia estabeleceu o Pacto Ecológico Europeu, que tem como um dos seus principais compromissos a redução de emissões de forma a transformar a União Europeia no primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Nos últimos anos a maior parte dos países europeus assumiu também esse compromisso no sector do cinema e do audiovisual e tem implementado diversas medidas de sustentabilidade, através das instituições públicas de apoio financeiro, como é o exemplo de Espanha, França, Alemanha, Áustria, Itália, entre outros. Gostaríamos de salientar o trabalho que tem sido desenvolvido na Alemanha, onde já é obrigatório, desde Março deste ano, os projetos cinematográficos seguirem um conjunto de critérios de sustentabilidade ecológica para terem acesso ao apoio financeiro, critérios esses que são verificados e certificados no final da produção de cada projeto. O governo austríaco, por exemplo, também introduziu uma majoração de 5% no cash rebate para projetos que cumpram certas medidas sustentáveis. Em Itália foi implementado um sistema de apoio que concede pontuação adicional a ser atribuída automaticamente a projetos que se comprometam a adotar protocolos de sustentabilidade ambiental. Um último exemplo, entre muitos outros, o CNC em França implementou este ano que as produtoras/ os produtores de obras cinematográficas e audiovisuais têm de calcular a pegada das emissões de gases com efeito de estufa das suas obras no momento da candidatura ao apoio. O objetivo é acompanhar os profissionais para uma transformação mais responsável dos sectores cinematográfico e audiovisual, e sensibilizá-los para o impacto ambiental das suas atividades, ajudá-los a reduzi-lo e fazer da eco-responsabilidade das produções uma questão de interesse internacional.

É assim também fundamental Portugal assumir o compromisso do sector cinematográfico com o Pacto Ecológico Europeu. Este novo incentivo oferece a possibilidade ideal para o arranque da implementação de medidas e atividades que permitam diminuir o impacto ambiental das produções cinematográficas e agir para uma maior consciência da necessidade de produzir com vista a uma neutralidade climática.

Sabendo que o caminho para a sustentabilidade no cinema e audiovisual em Portugal ainda se encontra no início e que a implementação de medidas mais rígidas é, neste momento, ainda precoce, a nossa proposta concreta para este incentivo é que seja incluída uma medida

da obrigatoriedade de apresentação, para cada projeto cinematográfico, de uma estratégia de sustentabilidade, com a descrição detalhada de medidas a ser implementadas para reduzir o impacto ambiental. Esta obrigação permitirá considerar a intenção dos esforços a empreender pelos produtores e pelas equipas artísticas e técnicas para levar a cabo o projeto de forma mais sustentável. Juntamente com esta estratégia da produtora/ do produtor deverá também ser exigido o cálculo estimado de emissão de CO2e por produção, existindo atualmente diversas ferramentas para o cálculo desse valor. Acreditamos que, apesar de não existir para já uma fiscalização e certificação das medidas implementadas no final da produção, esta medida será um primeiro passo para a consciencialização que o caminho para uma gestão mais eficiente dos recursos é inevitável e que este tem de começar de imediato.

Finalmente gostaríamos de colocar à V. disposição o nosso conhecimento na área da sustentabilidade e também do sector em questão para o desenvolvimento desta medida e para levarmos este incentivo a bom porto, um porto mais sustentável e comprometido com o futuro.

Com os melhores cumprimentos,

Em nome da Repensar – Associação de Green Consultants Portugal

Dörte Schneider Garcia  
Presidente da associação

Lisboa, 21.11.2023